

RELATÓRIO Nº , DE 2016

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 73, de 2016 (nº 396, de 12 de julho de 2016, na origem), do Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Portuguesa.*

RELATOR: Senador **JORGE VIANA**

Trata-se da indicação, pelo Presidente da República, do Senhor LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Portuguesa.

De acordo com o art. 52, inciso quarto, da Constituição Federal, compete privativamente ao Senado Federal aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Atendendo ao art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o Ministério das Relações Exteriores (MRE) encaminhou currículo do diplomata, do qual destacamos os dados que se seguem.

O Senhor LUIZ ALBERTO FIGUEIREDO MACHADO nasceu a 17 de julho de 1955, no Rio de Janeiro. É bacharel em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) desde 1977. No Instituto Rio Branco,

concluiu o Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD) em 1979; o Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD) em 1986; e o Curso de Altos Estudos (CAE) em 2000, defendendo a tese “A Plataforma Continental Brasileira e o Direito do Mar: Considerações para uma Ação Política”.

Tornou-se Terceiro-Secretário em 1980 e Segundo-Secretário em 1982. Por merecimento, foi promovido a Primeiro-Secretário em 1989, a Conselheiro em 1995 e a Ministro de Segunda Classe em 2003. Foi promovido a Ministro de Primeira Classe em 2009.

No Itamaraty, foi Chefe da Divisão do Mar, da Antártica e do Espaço de 1995 a 1996; Chefe da Divisão de Política Ambiental e Desenvolvimento Sustentável de 2002 a 2004; Diretor do Departamento do Meio Ambiente e Temas Especiais de 2005 a 2011; e Subsecretário-Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia de 2011 a 2013.

Desde 1981, integrou e chefiou delegações brasileiras em diversas reuniões multilaterais sobre temas como meio ambiente, desenvolvimento sustentável, desarmamento e segurança internacional, direito do mar, Antártica, espaço exterior, saúde e trabalho.

Atuou, por muitos anos, como Negociador-Chefe brasileiro em conferências internacionais sobre temas ambientais, especialmente naquelas dedicadas à mudança do clima e à biodiversidade.

Foi peça-chave para o bom resultado alcançado na Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2011 (COP-17), em Durban, na África do Sul.

Também foi o responsável pelas negociações da Rio + 20, Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, realizada em 2012, no Rio de Janeiro, e que produziu um documento assinado pelos 188 países que participaram do evento.

Foi Ministro de Estado das Relações Exteriores de 2013 a 2014.

No Exterior, serviu na Missão junto às Nações Unidas, em Nova Iorque, de 1986 a 1989 e em 2013; na Embaixada em Santiago (Chile) de 1989 a

1992; na Embaixada em Washington de 1996 a 1999; na Embaixada em Ottawa (Canadá) de 1999 a 2002; e na Delegação Permanente junto à UNESCO, em Paris, de 2004 a 2005. É o Embaixador do Brasil em Washington desde 2014.

Também em atendimento ao art. 383 do RISF, o MRE elaborou relatório sobre Portugal, do qual destacamos as informações seguintes.

A relação entre Portugal e Brasil começou em 1500, quando o navegador Pedro Álvares Cabral descobriu o Brasil, que se tornou a principal colônia portuguesa.

Em 1808, com a vinda da Família Real Portuguesa para o Brasil, nosso país foi elevado à condição de Reino Unido e recebeu um grande impulso socioeconômico.

Em 1822, o Brasil tornou-se independente, e nosso primeiro imperador, Dom Pedro I, também foi rei em Portugal, com o nome de Dom Pedro IV, em 1826.

Desde 1825, quando foi assinado o Tratado de Paz e Aliança, em que Portugal reconheceu a independência do Brasil, os dois países celebraram dezenas de acordos bilaterais, entre os quais se destaca a Convenção sobre Igualdade de Direitos e Deveres entre Brasileiros e Portugueses, de 1971, que mostra o grau de proximidade entre essas nações.

Em 1996, foi criada a Comunidade de Países de Língua Portuguesa, integrada por Portugal, Brasil e vários países lusófonos.

O relacionamento entre Brasil e Portugal passa por momento de fluidez, decorrente do equacionamento de problemas migratórios, do elevado fluxo de visitas bilaterais, bem como da ausência de contenciosos comerciais. O bom momento do relacionamento é marcado também pela crescente cooperação em ciência, tecnologia e inovação, bem como pelo incremento, nos últimos anos, dos investimentos mútuos.

Com relação ao comércio, em 2015, o intercâmbio de Portugal com o Brasil foi de US\$ 1,6 bilhão, com saldo ligeiramente a nosso favor. O Brasil

exporta, principalmente, petróleo, soja e laminados de ferro e aço, e importa, sobretudo, azeite de oliva, peças de veículos, frutas e vinhos.

Além disso, cerca de 116 mil brasileiros vivem em Portugal.

É o relatório.

Sala da Comissão, 10 de agosto de 2016.

Senador Aloysio Nunes Ferreira, Presidente

Senador Jorge Viana, Relator